

Governo inicia segunda rodada de negociações com bancos credores

por Cláudia Safatle
de Brasília

O embaixador extraordinário para renegociação da dívida externa, Jório Dauster, terá, no início desta semana, uma segunda rodada de reuniões com o comitê assessor dos bancos credores, em Nova York, onde deverá ouvir a contraproposta dos bancos à proposta de reestruturação da dívida, feita no dia 12 de outubro último ao comitê. Até o final da tarde de quinta-feira, porém, Dauster ainda não havia conseguido fechar a agenda dessa viagem, que deverá ser seguida de uma série de conversas com bancos e autoridades governamentais europeias, às quais o embaixador pretende explicar, de viva voz, a proposta brasileira, centrada na capacidade de pagamento.

Esse segundo contato com o comitê de bancos credores, na opinião do embaixador, ainda não terá caráter de "solução" para a questão do acordo externo. "Esse é um problema muito complexo que não vamos resolver nem na segunda nem na terceira reunião. Essas reuniões vão virar uma rotina", prevê o negociador, lembrando que o último acordo firmado pelo Brasil junto aos bancos comerciais durou sete meses de negociação e nove meses de vida útil.

Indagado sobre a possibilidade de a contraproposta dos bancos ser na direção de, primeiro, resolver a questão dos juros atrasa-

dos, Jório Dauster evitou comentários. "Não vamos especular sobre o que os bancos vão apresentar", resumiu.

REUNIÃO

O Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, continua aguardando um sinal claro de progresso nas negociações do Brasil com os credores privados para, só depois, examinar a aprovação da carta de intenções do governo brasileiro. Em setembro último, a equipe econômica do governo esperava que Michel Camdessus, diretor executivo do FMI, convocasse uma reunião do "board" da instituição para outubro, que analisaria os termos da carta de intenção e aprovaria ou não o acordo "stand-by", conjugado com empréstimos de US\$ 2 bilhões ao País.

Nessa ocasião, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, criticou, por mais de uma vez, a dependência do FMI e do Banco Mundial às negociações prévias com os bancos privados internacionais, para, somente depois de um encaminhamento de acordo com os credores privados, aprovarem negociações bilaterais com o Brasil.

Sem progressos visíveis no acordo com os bancos credores, Camdessus está adiando a convocação da reunião de diretoria do FMI, que era esperada para o mês passado, e agora, em novembro, a não aprovação do acordo com o Brasil coincide com o retorno

da missão técnica do fundo, prevista para rever as metas nominais do memorando de entendimento. Ou seja, a carta e o memorando técnico — que fixa as metas trimestrais que o País terá de cumprir — ficaram envelhecidos, porque previam nos cálculos uma taxa de inflação média de 7% no segundo semestre deste ano. A missão retorna a Brasília para recalcular a meta de déficit nominal e o crédito interno líquido, item afetado pela expansão inesperada dos agregados monetários (base e meios de pagamento), adiando ainda mais uma eventual aprovação do acordo com o FMI.

"ESSÊNCIA É A MESMA"

Dauster não concorda que houve adiamento da aprovação da carta de intenções ao FMI, não havia uma reunião com data marcada. Discorda, também, do raciocínio feito acima — de que as metas básicas do acordo ficaram superadas antes mesmo da aprovação da carta —, pois acredita que "a essência do programa brasileiro não mudou". E conclui: "Não vamos prejudicar a qualidade pela velocidade", lembrando que o governo desejaria que toda a negociação externa fosse conduzida o mais rápido possível. Lembrou ainda que, sem os US\$ 2 bilhões do acordo com o FMI, reduz-se a disponibilidade de recursos para pagar os bancos privados credores, consolida-

da no conceito de "capacidade de pagamento".

Nada de pressa nem ansiedade. "A negociação é complexa e tem de ser vista com tranquilidade e profissionalismo", recomendou Dauster. "Isso não se vai resolver na segunda ou terceira reunião. As reuniões com o comitê dos bancos vão tornar-se rotina", prevê.

Indagado sobre a possibilidade de os bancos credores colocarem na contraproposta a necessidade de pagamento dos juros atrasados fora do global da negociação, o embaixador respondeu que não comentaria.

Na semana que passou, o Senado Federal iria votar a resolução aprovada na Comissão de Economia, que, entre outros parâmetros para a negociação externa, estabelecia a impossibilidade de se pagar juro aos credores antes que os termos do acordo fossem aprovados pelos senadores. O governo pediu o adiamento da votação, alegando que esse ponto limitaria por demais as margens da negociação.

Dauster explicou que o pedido de adiamento decorreu da necessidade de se rever esse dispositivo, que suscitaria uma série de dúvidas jurídicas e técnicas. A principal questão jurídica seria uma resolução do Senado impor efeito retroativo a contratos já firmados. Ou seja, impedir pagamentos de juros vencidos de contratos feitos no passado.